

Escravidão é condenada

A declaração final da Conferência de Durban reconhece que “a escravidão e o tráfico de escravos são um crime contra a humanidade e deveriam ter sido considerados sempre como tal”. A condenação à escravidão foi considerada uma vitória por militantes de organizações dos direitos humanos, embora o texto final da cúpula tenha incluído várias de suas reivindicações.

O discurso no presente utilizado no texto não permite aplicar a mesma classificação de crime

contra a humanidade para o tratamento dado aos negros no passado, como queriam os países africanos. A declaração também não fala em “indenizações”, às quais os europeus se opuseram, mas incentiva em termos gerais que a comunidade internacional reforce a ajuda ao desenvolvimento dos países prejudicados.

Sobre o delicado ponto das “desculpas”, o texto retoma palavra por palavra a formulação aceita sexta-feira pelas duas partes — e que evita cuidadosamente a apre-

sentar desculpas de forma devida ou indicar que países estariam dispostos a isso. “A Conferência nota que alguns tomaram a iniciativa de lamentar ou expressaram arrependimento, apresentando desculpas ou convidando os outros países a encontrar as vias apropriadas para restaurar a dignidade das vítimas”, diz o texto.

A declaração reconhece que as “injustiças históricas (escravidão e colonização) contribuíram de forma inegável para a pobre-

Juda Ngwenya/Reuters



A PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA, NKOSAZANE ZUMA, (D) COMPAROU A APROVAÇÃO DO TEXTO FINAL A UM PARTO

A CRUELDADE DO TRÁFICO

O número de africanos deportados pelos séculos de tráfico de escravos é estimado entre 10 e 28 milhões de pessoas. Entre 1450 e 1850, pelo menos 12 milhões de pessoas foram levadas para as colônias nas Américas e na Índia ocidental, entre homens, mulheres e crianças. Pelo menos 20% delas morriam durante a viagem. Estima-se que outros 17 milhões foram levados por comerciantes de países muçulmanos às costas do oceano Índico, ao Oriente Médio e à África setentrional.

za, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social, as disparidades econômicas, a instabilidade e a insegurança, que afetam inúmeras pessoas, principalmente nos países em vias de desenvolvimento”. E, nesse sentido, “reconhece a necessidade de elaborar programas para o desenvolvimento social e econômico das comunidades e da diáspora, dentro de uma nova colaboração baseada no princípio de soli-

dariedade e do respeito mútuo”.

Representantes da sociedade civil comemoraram e ainda vêm na linguagem final a possibilidade de exigir reparações. “A declaração é o reconhecimento histórico do aspecto criminoso da escravidão e da obrigação de reparar os danos que causou a longo prazo”, comemorou Reed Brody, da organização *Human Rights Watch*. “O texto abre caminho a processos na Justiça”, disse Aliou-

ne Tine, da Reunião Africana de Direitos Humanos. O principal, para ele, é que “se falou a respeito” do racismo e da escravidão. Benedita da Silva, vice-governadora do Rio de Janeiro e membro da delegação brasileira concorda. “A Conferência colocou o dedo na ferida e esse é um avanço muito importante. Ainda não despertamos para a importância que teve esse encontro”. (Da Redação, com agências)